



1290103317



FE

TCC/UNICAMP SI38d

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

ROSANA APARECIDA LEITE DE MORAES SILVA

DESENHO ANIMADO E VIOLÊNCIA INFANTIL

CAMPINAS
2006

2006/10/30/06/6

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

ROSANA APARECIDA LEITE DE MORAES SILVA

DESENHO ANIMADO E VIOLÊNCIA INFANTIL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência parcial para Conclusão do Curso de Pedagogia, PEFOPLEX – Programa de Formação de Professores em Exercício da Faculdade de Educação da UNICASM, sob orientação do Prof. Dr Sérgio Amaral.

**CAMPINAS
2006**

UNIDADE:	FE
Nº CHAMADA:	10011111111111111111
Si:	38d
V:	
TOMBO:	3317
PROC.:	145107
C:	
D:	X
PREÇO:	
DATA:	22/11/07
Nº CPD:	118897

**Ficha catalográfica elaborada pela biblioteca
da Faculdade de Educação/UNICAMP**

Si38d Silva, Rosana Aparecida Leite de Moraes.
Desenho animado e violência infantil / Rosana Aparecida Leite de Moraes
Silva. -- Campinas, SP : [s.n.], 2006.

Orientadores : Sérgio Ferreira do Amaral.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -- Universidade Estadual de
Campinas, Faculdade de Educação.

I. Desenho animado. 2. Violência. 3. Televisão. I. Amaral, Sérgio
Ferreira do. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de
Educação. III. Título.

06-073-BFE

Orientador: Profº Drº Sérgio Amaral

Agradecimentos

Primeiramente agradeço a Deus, por ter me concedido muita força e saúde para que eu conseguisse concluir o meu curso, e ao meu orientador pelas orientações prestadas.

Agradeço ao meu pai (In Memoriam) por todo apoio e confiança no meu potencial, meu esposo pelo companheirismo, compreensão e dedicação a minha pessoa durante todo esse tempo, minha filha pela paciência em ouvir minhas ansiedades e lamentações e meus amigos que compartilharam comigo todos os momentos de alegrias e de angústias, me aconselhando e oferecendo uma palavra amiga para confortar meu coração!

Enfim, agradeço a todos aqueles que participaram direta e indiretamente me apoiando e me aconselhando nos momentos de incertezas e de tomadas de decisões e que sempre acreditaram na minha vitória!

SUMÁRIO

Introdução	1
Breve histórico da televisão brasileira	3
1.1.1 Fases do desenvolvimento da televisão.....	6
1.1.2 A fase elitista (1950-1964).....	6
1.1.3 A fase populista (1964-1975).....	10
1.1.4 A fase do desenvolvimento tecnológico (1975-1985).....	14
1.1.5 A fase da transição e da expansão internacional (1985 aos dias atuais)...	19
Influência da mídia na educação.....	24
2.1 A violência infantil.....	32
Desenho animado, violência e educação: caminhos que se entrecruzam.....	35
3.1 Power Rangers, o nosso universo de pesquisa.....	41
Considerações finais.....	48
Referências	52

INTRODUÇÃO

Segundo Silva (1996), o século XX viu o surgimento de mais um membro da família universal, que foi a televisão. Que de um veículo pouco usual, portador de desconfianças pelos seus usuários iniciais, evoluiu e acabou se transformando em um acessório necessário em todos os lares por mais pobres que sejam. Sua tecnologia e avanços tecnológicos evoluíram de tal forma, que hoje é quase impossível conceber o fim de seu uso em nossa vida cotidiana.

Paralelamente a essa evolução, foi-se percebendo a necessidade de uma discussão sobre seu conteúdo e suas influências. Papel esse exercido por teóricos em comunicação, psicólogos, pedagogos, que reuniram um vasto material de defesa e acusação, levando a televisão para o banco dos réus. Ainda hoje, não há uma sentença definitiva, mas o debate está sendo cada vez mais ampliado.

Habitadas à TV desde a infância, as novas gerações cresceram em um ambiente muito distinto daquele que cercava as crianças da primeira metade do século passado. Seu poder sobre a criança passou a ser questionado. Com o surgimento de programas destinados a um público infantil, e com a necessidade das mães (antes reduzidas à função doméstica) saírem de casa para trabalhar, ocorreu toda uma mudança cultural e social dentro dos lares: a TV se transformou numa babá eletrônica.

Dessa forma, muitas vezes a televisão substituiu e substitui a figura materna, ocupando lugar de destaque no lar, que acaba se organizando em torno dela, uma vez que está sempre à disposição, oferecendo a sua companhia a qualquer hora do dia ou da noite e como uma mãe branda, nunca exige nada em troca.

O império da comunicação de massa se deu conta disso e incrementou sua indústria de entretenimento infantil com desenhos animados, animação de personagens em massinha de modelar, fantoches, crianças apresentadoras de programas que foram surgindo expondo as mais diferentes manifestações na TV voltadas para a criança. Evidentemente, com o passar do tempo, a brincadeira foi ficando séria e a programação infantil pegou carona na realidade social, apresentando novos e perigosos personagens nesse terreno lúdico. Monstros, heróis japoneses, loirinhas sensuais, vilões violentos, super-heróis poderosos, brigas, explosões. A violência foi colorindo de vermelho os programas infantis.

Foi neste contexto que surgiu a motivação para a realização desta pesquisa de conclusão de curso que tem como objetivo discutir o aumento da violência infantil a partir do fato das crianças assistirem aos programas infantis, em especial ao desenho Power Rangers, exibido pela Rede Globo de televisão todos os dias no Programa da Xuxa e construir com a criança a consciência da irreabilidade deste programas, quebrando esta corrente entre desenho e violência.

A partir desta análise realizamos um trabalho de pesquisa junto aos alunos de uma primeira série na EE Prof Newton Pimenta Neves, visando desvelar um pouco a respeito da temática. Sabemos que a discussão ainda está se iniciando, pois existem poucos estudos na área, mas sentimos que estamos contribuindo para o mesmo. E isso é muito gratificante.

CAPÍTULO 1

BREVE HISTÓRICO DA TELEVISÃO BRASILEIRA

De acordo com Silva (1996), a fim de que possamos conceituar melhor o papel do desenho animado dentro do panorama escolar de influência no comportamento violento das crianças, se faz necessário, esboçar uma breve trajetória histórica da televisão brasileira, a fim de entender os mecanismos que regem esse tipo de comunicação de massa e o alcance dos mesmos.

A televisão brasileira foi oficialmente inaugurada no dia 18 de setembro de 1950, em São Paulo, graças ao pioneirismo do jornalista Assis Chateaubriand. A TV Tupi-Difusora surgiu numa época em que o rádio era o veículo de comunicação mais popular do País, atingindo a comunidade brasileira em quase todos os estados.

Desde o seu início, a televisão brasileira teve uma característica: todas as 183 emissoras hoje em funcionamento estão sediadas em áreas urbanas, suas programações são dirigidas às populações urbanas, são orientadas para o lucro, com exceção das estações estatal, e funcionam sob o controle direto e indireto da legislação oficial existente para o setor. O modelo de radiodifusão brasileiro, tradicionalmente privado evoluiu para o que se pode chamar de um sistema misto, onde o Estado ocupa os vários espaços deixados pela livre iniciativa, operando canais destinados a programas educativos.

O processo de concessão da televisão brasileira, inicialmente, foi efetivado a partir do favoritismo político. A proliferação de estações de TV começou, entretanto, muito antes do Golpe Militar de 1964, mais precisamente durante a administração do

presidente Juscelino Kubitschek, e prolongou-se até o governo da Nova República, de José Sarney. A Constituição de 1988 estabeleceu normas e diretrizes que anulam os critérios utilizados até a presente data.

O modelo brasileiro de televisão, além de ser dependente da importação de software e hardware, também é dependente do suporte publicitário, sua principal fonte de receita.

De acordo com Mattos (1982) o modelo brasileiro de televisão segue, portanto, o modelo do desenvolvimento dependente. Ela é dependente cultural, econômica, política e tecnologicamente. Por isso, além de divertir e instruir, a televisão favorece aos objetivos capitalistas de produção, tanto quando oportuniza novas alternativas ao capital como quando funciona como veículo de valorização dos bens de consumo produzidos, através das publicidades transmitidas. Caparelli (1982) completa dizendo que além de ampliar o mercado consumidor da indústria cultural, a televisão age também como instrumento mantenedor da ideologia da classe dominante.

Ainda segundo este autor, estudos recentes sobre o desenvolvimento dos meios de comunicação no Brasil têm identificado o governo como:

- A principal força econômica compelindo o crescimento dos meios de comunicação de massa (principalmente a televisão), além de proporcionar aos mesmos apoio técnico e financeiro;
- A principal força política, exercendo controle e influenciando os veículos de comunicação.

Desde a década de 50 que o Brasil busca encontrar os meios de desenvolvimento sugeridos por entidades nacionais, como a Escola Superior de Guerra, ou internacionais, como a UNESCO. Entretanto, foi durante o regime militar de

64 que um modelo de desenvolvimento econômico foi adotado no qual o Estado emergia como a grande força propulsora existente por trás do crescimento da indústria cultural.

Vários fatores exerceram papel decisivo no processo de desenvolvimento da televisão, destacando-se dentre eles a publicidade. As influências deste setor na televisão brasileira podem ser analisadas sob dois prismas: importação de produtos, as agências de publicidade e os anunciantes, principalmente as corporações multinacionais encorajaram e patrocinaram a importação de programas norte-americanos durante os primeiros 20 anos de nossa televisão, essas agências de publicidade continuam utilizando valores importados, como a música pop-americana, na trilha sonora de suas peças publicitárias veiculadas na televisão e as injunções comerciais, que tanto as agências como os anunciantes apóiam o desvio da produção de programas brasileiros orientados para a cultura de massa. As receitas provenientes de anunciantes estrangeiros continuam a fortificar a natureza comercial do sistema brasileiro de televisão (Mattos, 1982).

Em 1985, numa reportagem sobre os 20 anos da Rede Globo, publicada na revista Status, o sucesso desta rede era registrado da seguinte forma: quarta maior rede de televisão comercial do mundo (só superada pelas norte-americanas BBS, ABC e NBC); primeira em volume de produção (80%), cobrindo 98% do território nacional (cinco estações e 51 afiliadas); 12 mil funcionários (1.500 vinculados a produção de 2h40min diárias de ficção; detendo 70% de audiência (82% no pique das oito) e quase a metade das verbas do nosso mercado publicitário, avaliado em US\$ 550 milhões, a Rede Globo chega às vésperas do seu 20º aniversário exportando programação para 128 países.

1.1 Fases do desenvolvimento da televisão

Para entender o alcance e tamanho do impacto da televisão na vida cotidiana de nossas crianças, utilizaremos os estudos de Souza (1996) para dividir sua história em quatro fases distintas que englobam tanto a evolução histórica do produto, como a evolução do desenvolvimento da televisão brasileira dentro de nosso contexto sócio-econômico-cultural. Assim sendo, temos:

1.1.1 A fase elitista (1950-1964)

Quatro meses depois de ter inaugurado a primeira emissora de televisão do Brasil e da América do Sul – a TV Tupi Difusora de São Paulo – Chateaubriand iniciava novo empreendimento na cidade do Rio de Janeiro. No dia 20 de janeiro de 1951, foi inaugurada a TV Tupi/Rio, também instalada provisoriamente nas dependências da Rádio Tamoio, nas proximidades da Praça Mauá. Além da precariedade das instalações, a nova emissora enfrentou problemas com relação à localização da sua antena/retransmissor. O grupo dos Diários Associados – seu grupo gestor – pretendia colocá-la no Alto do Corcovado, junto à imagem do Cristo Redentor. Tais idéias encontraram forte oposição do clero local e a solução foi colocá-la no Pão de Açúcar.

Segundo o autor apesar de todas as deficiências e improvisações, a televisão foi saudada pela imprensa escrita como sendo o novo e poderoso instrumento com que "conta nossa terra". Nos dois primeiros anos de sua implantação, a televisão não passou de um brinquedo de luxo das elites do País. Isto se justifica pelo fato de, nos

primeiros anos, um televisor custar três vezes mais do que a mais sofisticada radiola do mercado e um pouco menos que um carro.

Quando a televisão começou no Brasil, praticamente não existiam receptores. O total não passava de 200, mas visando popularizar o veículo, Chateaubriand mandou instalar alguns aparelhos em praça pública a fim de que as pessoas pudessem assistir aos programas transmitidos.

Simões (apud Souza, 1996) relata que, com o objetivo de estimular o crescimento de telespectadores, uma verdadeira campanha publicitária começou a ser veiculada, estimulando a venda de televisores. O texto transmitido era o seguinte:

Você que ou não quer a televisão? Para tornar a televisão uma realidade no Brasil, um consórcio radiojornalístico investiu milhões de cruzeiros! Agora é a sua vez – qua; será a sua contribuição para sustentar tão grandioso empreendimento? Do seu apoio dependerá o progresso, em nossa terra, dessa maravilha da ciência eletrônica. Bater palmas e aclamar admiravelmente é louvável, mas não basta – seu apoio só será efetivo quando você adquirir um televisor! (p. 37)

Vale destacar que no ano de 1951 foi iniciada no País a fabricação de televisores da marca Invictus, fato este que veio facilitar o acompanhamento, ainda no mesmo ano, dos capítulos da primeira telenovela brasileira. Com o título de *Sua vida me pertence*, esta novela foi escrita por Walter Foster e transmitida, no período de 21 de dezembro de 1951 a 15 de fevereiro de 1952, em dois capítulos semanais devido à falta de condições técnicas (o videoteipe só surgiu na década seguinte e foi um dos fatores decisivos para o desenvolvimento deste gênero de programa no Brasil).

Foi, também, em 1952 que um dos mais famosos telejornais da televisão brasileira foi ao ar pela primeira vez, com o nome de seu patrocinador: *Repórter Esso*. O telejornal *Repórter Esso* foi adaptado pela Tupi/Rio de um rádio-jornal de grande

sucesso transmitido, na época pela United Press International (UPI), sob a responsabilidade de uma agência de publicidade que entregava o programa pronto

É verdadeiro o fato de que as primeiras emissoras de televisão do País começaram de maneira precária e cheias de improvisações. Muitos anos foram necessários para que um esquema empresarial como o da Globo fosse implantado, facilitando o desenvolvimento da indústria televisiva como hoje a conhecemos. Vale salientar, entretanto, que a TV Excelsior, fundada em 1959 e cassada em 1970, foi considerada como a primeira emissora a ser administrada dentro dos padrões empresariais de hoje. A Excelsior foi responsável pela produção da primeira telenovela com capítulos diários e também a que produziu a telenovela mais longa da história: *Redenção*, com um total de 596 capítulos. Investindo na contratação dos mais talentosos profissionais da época, a Excelsior foi a emissora que primeiro criou vinhetas de passagem nos intervalos comerciais (Furtado, apud Souza, 1996, p.62).

Ao final da década de 50 já existiam 10 emissoras de televisão em funcionamento e, em 1962, o Código Brasileiro de Telecomunicações foi promulgado pela Lei No. 4.117/62, constituindo-se num grande avanço para o setor, pois, além de amenizar as sanções, dava maiores garantias às concessionárias. O Código inovava na conceituação jurídica das concessões de rádio e televisão, mas pecava em continuar atribuindo ao Executivo poderes de julgar e decidir, unilateralmente, na aplicação de sanções ou de renovação de concessões.

Foi neste mesmo ano que aconteceram as primeiras experiências de TV Educativa, quando a TV Continental do Rio e a TV Tupi Difusora de São Paulo lançaram, simultaneamente, aulas básicas do Curso de Madureza. Dois anos antes,

1960, a TV Cultura de São Paulo já tinha criado e transmitido o primeiro *Telecurso* brasileiro destinado a preparar candidatos ao exame de admissão ao ginásio.

No início da década de 60 a televisão sofreu um grande impulso com a chegada do videoteipe (VT). Foi o uso do VT na televisão brasileira que possibilitou não somente as novelas diárias como também a implantação de uma estratégia de programação horizontal. A veiculação de um mesmo programa em vários dias da semana possibilitou a criação do hábito de assistir televisão, rotineiramente prendendo a atenção do telespectador e substituindo o tipo de programação em voga até então, de caráter vertical, com programas diferentes todos os dias.

Ainda segundo Furtado (*idem*), foi nessa época que a TV Record, fundada em 1953, viveu o seu período de ouro com os programas musicais e o sucesso dos Festivais de Música, que revelaram os cantores e compositores que ainda hoje dominam a música popular brasileira: Roberto Carlos, Chico Buarque, Gilberto Gil, Caetano Veloso, Elis Regina, Gal Costa, Rita Lee e muitos, muitos outros.

Ainda em 1963 foi promulgado decreto que regulamentou a programação ao vivo. No ano seguinte, 1964, que marca o início da segunda fase do desenvolvimento da televisão, o Brasil presenciou o golpe militar e acompanhou a transmissão daquela que viria a ser a mais famosa de todas as novelas já transmitidas: *O Direito de Nascer*.

Em síntese, pode-se dizer que a televisão surgiu numa década que foi marcada pela *"reordenação do mercado brasileiro com a irrupção do capitalismo monopolista"* (Caparelli, 1982, p. 24). Nesta primeira fase a televisão caracteriza-se, principalmente, pela formação do oligopólio dos Diários Associados e pelo fato de até 1959 todos os programas veiculados serem produzidos, exclusivamente, nas regiões onde estavam instaladas as emissoras.

Caparelli (idem, p.25) destaca três acontecimentos básicos ocorridos no período de transição entre a primeira e a segunda fase da televisão: o acordo feito entre a televisão Globo e o Time/Life e, o segundo, a ascensão e queda da TV Excelsior de São Paulo. Um terceiro acontecimento pode ser destacado, mas de certa forma se inclui na primeira fase: o declínio dos Associados. Aliás, todas estas ocorrências têm muito a ver entre si.

1.1.2 A fase populista (1964-1975)

Segundo Souza (idem) o golpe de 1964 afetou os meios de comunicação de massa diretamente porque o sistema político e a situação sócio-econômica do País foram totalmente modificados pela definição de um modelo econômico para o desenvolvimento nacional. O crescimento econômico do País foi centrado na rápida industrialização, baseada em tecnologia importada e capital externo, enquanto os veículos de comunicação de massa, principalmente a televisão, passaram a exercer o papel de difusores da produção de bens duráveis e não-duráveis.

Os governantes pós-64 estimularam a promoção de um desenvolvimento econômico rápido, baseado num tripé formado pelas empresas estatais, empresas nacionais e corporações multinacionais. Promovendo reformas bancárias e estabelecendo leis e regulamentações específicas, o Estado, além de aumentar sua participação na economia como investidor direto de uma série de empresas públicas, passou a ter à sua disposição, além do controle legal, todas as condições para influenciar os meios de comunicação através das pressões econômicas.

No Brasil, durante os 21 anos de regime militar (1964-1985), o financiamento dos *mass media* foi um poderoso veículo de controle estatal, em razão da vinculação entre os bancos e o governo. A concessão de licenças para a importação de materiais e equipamentos e o provisionamento, por parte do governo, de subsídios para cada importação têm influenciado a ponto de levarem os meios de comunicação de massa a adotarem uma posição de sustentação às medidas governamentais.

Foi durante esta fase que o Estado exerceu um papel decisivo no desenvolvimento e a regulamentação dos meios de comunicação de massa, criando, inclusive, várias agências reguladoras, destacando-se o Ministério das Comunicações. A criação deste Ministério, em 1967, contribuiu não apenas para a implantação de importantes mudanças estruturais no setor das telecomunicações, como também para a redução da interferência de organizações privadas sobre as agências reguladoras e, em contrapartida, o crescimento da influência oficial no setor. Isto facilitou a ingerência política nos meios de comunicação, evidenciada até mesmo nos conteúdos veiculados e sempre sob a justificativa de estarem exercendo um controle técnico (Mattos, 1985).

No ano de 1967, fundamentado no Ato Institucional nº 4, o governo militar, através do Decreto-Lei No. 236, de 28 de fevereiro de 1967, promoveu modificações na Lei 4.117/62 (Código Brasileiro de Telecomunicações), estabelecendo novas normas que passaram a reger o exercício das concessões de canais de rádio e de televisão. Estabeleceu que pessoas jurídicas e estrangeiras não podiam participar da sociedade e/ou dirigir empresas de radiodifusão. Determinou, ainda, que a origem e montante dos recursos financeiros dos interessados em desfrutar de concessões deveriam ser aprovados. Colocou, também, sob a dependência de aprovação prévia do Contel, e depois do Ministério das Comunicações, todos os atos modificativos da sociedade,

assim como contratos com empresas estrangeiras. Ficou estabelecido, também por este mesmo decreto que cada entidade só poderia obter concessão ou permissão para executar serviços de televisão no país num máximo de 10 estações em todo o território nacional, limitando em 5 o total em VHF. Vale ressaltar que após o decreto No. 236/67 nenhuma modificação substancial foi promovida no regime jurídico da radiodifusão até o ano de 1988.

De acordo com Souza (*idem*), durante o período compreendido entre 1968 e 1979, os veículos de comunicação operaram sob as restrições do Ato Institucional nº. 5, o qual concedia ao poder executivo federal o direito de censurar os veículos, além de estimular a prática da auto-censura, evitando assim qualquer publicação ou transmissão que pudesse levá-los a ser enquadrados e processados na Lei de Segurança Nacional.

O período de 1964 a 1975, que corresponde à segunda etapa de desenvolvimento da televisão brasileira, caracteriza-se como sendo a fase em que a televisão, deixando de lado o clima de improvisação dos anos 50, torna-se cada vez mais profissional. A implantação, na primeira metade da década de 70, de um esquema empresarial/industrial melhor estruturado, facilitou o surgimento dos grandes ídolos, adorados por milhares de telespectadores.

Esta segunda fase da televisão brasileira tem como característica mais importante a absorção dos padrões de administração, de produção de programação pela televisão nacional. As empresas de televisão do eixo Rio-São Paulo reforçaram seu papel de intermediárias entre a indústria cultural multinacional e o mercado brasileiro e, por outro lado, amealharam, através das redes, um mercado cativo para os seus produtos. Com uma estrutura administrativa e financeira mais sólida, adaptada à

etapa da expansão do capitalismo brasileiro com uma concentração de capital, sem os percalços que o pioneirismo colocou no caminho da Rede Tupi, e com uma industrialização firmemente assentada no Brasil, voltada para o consumo, a Rede Globo começou a ganhar a guerra da audiência.

Segundo o autor, a partir de 1964, quando o país tentava encontrar os caminhos do desenvolvimento e modernização, a televisão foi considerada como um símbolo desses mesmos caminhos. Foi durante este período que o país iniciou a execução das obras de ampliação e modernização do sistema de telecomunicações, o que permitiu o surgimento das redes de televisão, que passaram a ter uma influência de abrangência nacional na promoção e venda de bens de consumo em larga escala.

A maior rede de televisão do Brasil, a Globo, surgiu em 1965, tendo, inicialmente, o respaldo financeiro e técnico do grupo americano Time/Life. O envolvimento americano da TV Globo foi, subsequente, eliminado, embora isto só viesse a acontecer depois que ela usufruiu das vantagens dos dólares e da experiência gerencial estrangeira.

A Globo também importou novas estratégias de comercialização que foram de fundamental importância para seu sucesso. Ela passou da comercialização à moda do rádio para técnicas bem mais avançadas criando patrocínios, vinhetas da passagem, breaks e outras inovações que continuam sendo utilizadas até os dias de hoje (Furtado, 1988).

Segundo Artur da Távola (1985, p. 45):

“Um dos fatores do crescimento da Rede Globo foi o de jamais haver desdenhado sua relação com o mercado real. Se a classe C constitui a base da audiência, nela se dá a decisão majoritária; também em sua função devem ser montados os padrões de produção e mercadológicos.

Só depois de obtido esse amálgama poder-se-á cogitar do atingimento dos padrões artísticos e cultural."

Durante esta fase de seu desenvolvimento a televisão consolida o gênero da telenovela, começa a centralização das produções e assume o perfil de um veículo de audiência nacional, capaz de atrair uma grande parcela do bolo publicitário. Nesta fase, além de utilizar os padrões de administração norte-americanos, 50% de sua programação é constituída de "enlatados" estrangeiros e sua programação local é popularesca, chegando às raias do grotesco. Foi ainda neste período que o jornalismo passou a ocupar mais espaço na televisão. O avanço nos processo de revelação de filmes e a mobilidade das câmeras sonoras deram mais agilidade ao telejornalismo. Até então, *"a televisão tinha pouco noticiário porque na competição com o rádio ela perdia em relação à instantaneidade"* (Furtado, 1988, p.60). Esta fase se caracteriza, finalmente, pelo início do avanço tecnológico, pela criação da infra-estrutura para a expansão da TV em nível nacional e pelo surgimento de um novo oligopólio, a Rede Globo, que passou a ocupar o lugar que os Diários Associados ocuparam durante a primeira fase de desenvolvimento da televisão.

1.1.3 A fase do desenvolvimento tecnológico (1975-1985)

Durante a fase anterior, as telenovelas foram responsáveis pela arregimentação de grandes massas para a TV. A Telenovela era uma espécie de compensação para a população, que até 1975 teve uma programação castrada pela censura. (Souza, 1996)

No governo do Presidente Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), inúmeras pressões foram exercidas sobre as emissoras de televisão mediante punições com

multas e até suspensão de alguns programas, como medida corretiva. Isto visando diminuir o que, oficialmente, foi justificado como uma "*linha de agressão à sensibilidade e de grosseria*". A partir de então, a televisão começou a exibir programas de alta sofisticação técnica, gerados em cores e que atendiam plenamente ao tipo de televisão que o governo queria: uma televisão bonita e colorida nos moldes do "*Fantástico – O Show da Vida*". (Caparelli, 1982)

Nos telejornais era, também exercido um controle tão rígido, no sentido de aliviar o quadro real da situação vivida no País que, em março de 1973, o Presidente Médici fez a seguinte declaração: "*Sinto-me feliz, todas as noites, quando ligo a televisão para assistir ao jornal. Enquanto as notícias dão conta de greves, agitações, atentados e conflitos em várias partes do mundo, o Brasil marcha em paz, rumo ao desenvolvimento. É como se tomasse um tranqüilizante após um dia de trabalho*".(Souza, 1996)

Esta distorção era viabilizada pelos telejornais das emissoras, já estabelecidas em redes nacionais e que, em 1974, com 43% dos domicílios existentes no país equipados com televisores, tornava a situação mais alienante.

De acordo com Souza (1996), alguns fatos determinaram os contornos desta fase: o fracasso eleitoral sofrido pelo partido político oficial nas eleições de 1974, quando o MDB elegeu 16 senadores contra seis da Arena; o fechamento do Congresso Nacional; a promulgação de reformas jurídicas e políticas, em 1977; o início do processo de distensão e abertura política. Esta etapa de transição política foi iniciada pelo Presidente Ernesto Geisel e pelo general Golbery do Couto e Silva. Coube ao Presidente João Baptista Figueiredo, sob pressões da sociedade e de suas entidades civis constituídas, assinar a anistia, promover eleições diretas para os governos

estaduais e legalizar os partidos políticos clandestinos. A culminância de todo esse processo: a eleição indireta de seu sucessor, no Colégio Eleitoral, disputada por dois candidatos civis, foi transmitida ao vivo pelas redes de televisão para todo o país.

Durante a fase anterior, ainda de acordo com o autor (*idem*), o governo criou condições para a expansão dos serviços de transmissão, mas estabeleceu as agências controladoras. Somente a partir de 1970, entretanto, foi que o governo começou a expressar suas preocupações em relação à influência dos conteúdos dos programas veiculados sobre a população.

As recomendações governamentais exerceram uma influência muito forte nas redes de televisão. Lembrada continuamente das suas responsabilidades para com a cultura e o desenvolvimento nacional, a televisão começou a nacionalizar seus programas. Este processo de nacionalização dos programas contou com o apoio do governo, que queria substituir a violência dos "enlatados" americanos por programas mais amenos. Também como resultado das orientações governamentais, iniciadas no governo Médici e continuadas no de Geisel, foi que se delineou o que seria a terceira fase de desenvolvimento da TV: as grandes redes, principalmente a Rede Globo, começaram a exportar os programas que produziam.

O primeiro programa da Rede Globo que obteve uma expressiva receptividade no exterior foi a novela *O Bem Amado*. Ela foi vendida, já dublado em espanhol, a vários países latino-americanos e a Portugal, no original. Em 1977, o faturamento da Globo com vendas externas não chegou a US\$ 300 mil. Em 1981, o faturamento atingiu o total de US\$ 3 milhões, o que seria triplicado em 1983 (US\$ 9,5 milhões), chegando a US\$ 14 milhões, em 1985.

Segundo Souza (1996), o crescimento da televisão brasileira nesta fase pode ser medido através do número de residências equipadas com receptores de televisão. O censo nacional de 1980 constatou que 55% de um total de 26,4 milhões de residências já estavam equipadas com aparelhos de TV. O crescimento do número de residências com aparelhos de TV entre 1960 e 1980 foi de 1.272%. Em 1989, segundo dados da ABINEE, existiam cerca de 20 milhões de televisores no País. Estes dados tornam-se ainda mais expressivos quando se sabe que 68,3% da população brasileira da época vivia em áreas urbanas, e que 73,1% de todas as residências urbanas estavam equipadas com televisores.

Vale ressaltar que, de acordo com o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), a população brasileira vem se concentrando cada vez mais. Tomando por base as estimativas de população, elaboradas para o ano de 1989 pelo Departamento de População do IBGE em documento produzido pelo Banco de Dados do IBAM, intitulado "Os municípios brasileiros mais populosos", chega-se à conclusão que a própria característica de concentração urbana do mercado brasileiro vai continuar, por muito tempo, a facilitar o crescimento da televisão brasileira.

Neste documento, o IBAM faz uma análise de municípios com população de mais de 50 mil habitantes, chegando às seguintes constatações: o número destes municípios era de 243 em 1970, passando a 382 em 1980 e atingindo a 470 em 1989. Segundo o coordenador do Banco de Dados Municipais do IBAM-IBAMCO, François de Bremaeker, a população concentrada nestes pontos do território chegava a 42,5 milhões de habitantes em 1970. Aumentava para 69,1 milhões em 1980 e atingia a cifra de 92,5 milhões em 1989. Acople-se aos dados do IBAM, os da McCann-Erickson em

relação ao número de residências equipadas com televisão no ano de 1989: dos 34.860.700 domicílios, 64,5% estão equipados com televisores.

A terceira fase caracteriza-se, pois, pela padronização da programação televisiva em todo o país e pela solidificação do conceito de rede de televisão no Brasil. No dia 16 de outubro de 1977, o então diretor do Dentel, Coronel Idalécio Nogueira, afirmou que *"o governo é contra o monopólio em televisão, pois resulta em queda de qualidade e, por isso, vai incentivar ainda mais a concessão de novos canais para ampliar o número de redes nacionais de TV"* (Souza, 1996, p. 31). Vale ressaltar que durante esta fase foram outorgadas 83 concessões de canais de televisão, sendo que o governo Geisel autorizou 47 e o de Figueiredo, 36.

Em 1980, o governo cassou a concessão de todos os canais da Rede Tupi (Diários Associados), dividindo-os, depois, entre os grupos Sílvio Santos e Adolfo Bloch. Na concorrência pelo espólio da Tupi, que tinha sido embargado como forma de ressarcimento das dívidas para com a Previdência Social, fortes grupos empresariais acabaram sendo preteridos.

Em 1982 começa um verdadeiro "boom" do videocassete doméstico e a expansão da produção independente de vídeo. Em 1983 entra no ar a Rede Manchete, ao mesmo tempo em que os produtores independentes, como a Abril Vídeo, se solidificam e começam a preencher um espaço no mercado.

Esta fase caracteriza-se, também, pela suspensão da censura prévia aos noticiários e à programação da televisão, o que conduz ao término do período em que os meios de comunicação de massa operavam sob a rigidez do Ato Institucional Nº. 5. No final desta terceira fase constata-se a existência de quatro redes comerciais operando em escala nacional (Bandeirantes, Globo, Manchete e SBT), duas regionais

(Record, em São Paulo, e Brasil Sul, no Rio Grande do Sul) e uma rede estatal (Educativa).

O fim desta etapa coincide com a campanha política pelas eleições diretas, realizadas em 1984, e posterior eleição de Tancredo Neves, Presidente, e José Sarney, vice-presidente, por via indireta. A transição política iniciada no governo Geisel alcança, pois, seu ponto máximo. Aí se inicia a quarta fase do desenvolvimento da televisão.

1.4. A fase da transição e da expansão internacional (1985 aos dias atuais)

Ainda segundo Souza (idem), como no regime militar, o governo da Nova República também se utilizou da mídia eletrônica para obter respaldo popular. A Rede Globo, por exemplo, continuou a servir ao novo governo da mesma forma que ao regime militar.

Nesta fase as principais mudanças que ocorreram no setor das comunicações decorreram da promulgação, em 5 de outubro de 1988, da nova Constituição, que apresenta, no Capítulo V, texto específico sobre *Comunicação Social*. No Artigo 220 a nova Carta reafirma que a manifestação do pensamento não sofrerá qualquer restrição e, nos parágrafos 1º e 2º, veda, totalmente, a censura, impedindo, inclusive, a existência de qualquer dispositivo legal que "*possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística, em qualquer veículo de comunicação social*". No Parágrafo 5º deste mesmo artigo está a proibição de formação de monopólio/oligopólio nos meios de comunicação social.

A nova Carta, também, fixou normas para a produção e a programação das emissoras de rádio e televisão. De acordo com o Artigo 221, as emissoras devem

atender aos seguintes princípios: promover programas com finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas, procurando estimular a produção independente, visando a promoção da cultura nacional e regional.

Outra inovação importante foi o texto do Artigo 222, que trata sobre a propriedade dos veículos de comunicação. Este artigo revoga as restrições da Constituição anterior, que limitava a propriedade de empresas de comunicação a brasileiros natos. Agora, qualquer pessoa, *"brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 anos"*, poderá assumir *"a responsabilidade por sua administração e orientação intelectual"*.

O Artigo 223 trata sobre a outorga e renovação de concessões, permissões e autorizações para utilização de canais de rádio ou televisão. Agora, as concessões ou renovações que forem feitas pelo Poder Executivo serão apreciadas pelo Congresso Nacional e o cancelamento da concessão ou permissão dependerá de decisão judicial. Porém, antes da promulgação da Constituição houve um verdadeiro festival de concessões de canais de rádio e de televisão no Brasil. No período de 1985 a 1988 foram outorgadas exatamente 90 concessões de canais de televisão, assim distribuídas: 22 em 1985; 14 em 1986; 12 em 1987; 47 em 1988.

Apesar da competência das concessões continuar sendo do Poder Executivo, o Governo Collor de Mello não concedeu nenhuma, porque a exigência da Constituição, no Art. 175, parágrafo único, estabelecendo a realização de licitação pública para todas as concessões de serviço público, ainda não havia sido regulamentada ao fim do seu governo.

Nesta fase de desenvolvimento da televisão brasileira, o que se observa é uma maior competitividade entre as grandes redes, um contínuo avanço em direção ao

mercado internacional, com a Rede Globo planejando, desde 1985, sua expansão sistemática no exterior. Esta determinação da Globo se justifica até em função dos altos lucros que vinha obtendo nos últimos anos com suas exportações. A edição da revista Business Week, de 16 de dezembro de 1986, revela que em 1984 a TV Globo obteve lucros operacionais de 120 milhões de dólares sobre uma renda de 500 milhões de dólares.

Em agosto de 1990, o ministro Ozires Silva, da Infra-Estrutura, revogou portaria do extinto Ministério das Comunicações que atribuía ao Departamento Nacional de Telecomunicações (Dentel) poder para manter *"redobrada vigilância quanto ao conteúdo da programação de radiodifusão, especialmente no que se refere à ofensa à moral familiar e pública, incitamento à desobediência às leis ou decisões judiciais e colaboração na prática de rebeldia, desordem ou manifestações proibidas"* (Souza, *idem*, p.65).

No mês de agosto de 1990, o Governo Collor modificou também o Decreto Nº 52.795, de 1963, permitindo, a partir daí que as emissoras de rádio e televisão possam transmitir programas em idiomas estrangeiros. Dessa forma a década de 80 parecia tender para programas mais informativos, tornando a TV um veículo de maior utilidade pública. Outras emissoras começam a se destacar na década de 90 e a tecnologia começa a criar alguns programas em que o telespectador pode participar. O IBOPE aparece com força total, porque nessa época a audiência é o foco principal nas emissoras.

Foi na década de 80 que a tv a cabo difundiu-se pelo o país, mas foi a partir dos anos 90 que ela começou a conquistar um grande número de assinantes. Segundo o site da NET São Paulo a TV a cabo nasceu para suprir as dificuldades que

existiam nos receptores, pois os sinais convencionais de transmissão da televisão são feitos em linha reta, dificultando a recepção em áreas montanhosas, vales e lugares cercados por prédios. Havia a necessidade de se apresentar um modelo diferenciado para os clientes, ou melhor, assinantes e a televisão a cabo passou a oferecer mais canais e uma grande variedade de programação auxiliado por uma rede de microondas.

A televisão a cabo começou, em 1974, a receber sinais via satélite, a partir do lançamento do primeiro satélite para esse fim e da compra de programas de estações de televisão independentes. Esse novo passo oferecido pelas distribuidoras de TV pôde oferecer aos assinantes a escolha de programas que mais lhes agradassem.

O primeiro sistema de distribuição de sinais de TV a cabo de que se tem notícia no Brasil surgiu na cidade de São José dos Campos, São Paulo, em 1976, com a implantação de um sistema de cabos que distribuía sete canais de VHF não adjacentes.

A primeira grande cidade brasileira a ter TV a cabo foi Campo Grande, em meados de 1989. Ao ser incorporada pela NET, em 1992, o sistema ganhou nova forma e tecnologia que contribuíram para a rápida expansão da rede. Atualmente ela possui cerca de 15 mil assinantes registrados na cidade.

Agora, a televisão parte para uma reformulação, a sua digitalização. Trata-se de um novo sistema de transmissão e recepção de televisão, que permitirá uma melhoria significativa de qualidade de som e imagem, além de permitir a interatividade com o consumidor. Além de melhor qualidade de som e imagem, o sistema permite fazer compras pela tevê, executar operações bancárias, acessar Internet, dar opiniões e participar dos programas.

Ela representa a grande mudança no conceito de televisão, a exemplo do que ocorreu com os discos de vinil quando surgiram os CDs. No Brasil, ainda é preciso que

o governo tome uma série de decisões. A principal delas é a escolha do padrão do sistema digital que será adotado. Japoneses, norte-americanos e europeus disputam a preferência, que balizará a decisão dos países da América do Sul. A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) prometia para este semestre a escolha de um dos três padrões. Para esquentar essa discussão, o ministro de Comunicações, anunciou que está estudando a viabilidade de desenvolver um padrão digital brasileiro.

Podemos concluir que a televisão brasileira, em sua historicidade esteve sempre ligada a representação e propagação da ideologia das classes dominantes. Dessa forma, ela legitima os poderes que esta tem, exaltando a violência simbólica, teorizada por Bourdieu (1986). O desenho animado tema deste trabalho de pesquisa não foge a regra, defendendo a mesma ideologia, que ora será apresentado nos próximos capítulos.

CAPÍTULO 2

INFLUÊNCIA DA MÍDIA NA EDUCAÇÃO

De acordo com Barbero (1998), a cada dia fica mais evidente a interferência da mídia, especialmente da televisão, na formação do sujeito ocidental contemporâneo. No nosso caso, brasileiros, antes colonizados, hoje dependentes, importamos um modelo de sociedade americana competitiva, consumista e profundamente televisiva. Se acrescentarmos a essas características as conseqüências de uma sociedade pobre e excludente, identificaremos que poucos vivem situações culturais, de lazer e de entretenimento fora da "telinha mágica".

Se os índices de evasão e repetência das escolas continuam existindo, afastando a maioria dos brasileiros dos conhecimentos acadêmicos e de suas decorrentes estruturas cognitivas e reflexivas, isso pode ser mais um ingrediente favorável a essa influência. Da mesma forma que a literatura, como acontece geralmente nas salas de aula, como matéria de prova, perdendo seu sentido maior de fruição e de imaginação, acaba incentivando as gerações jovens a fugirem da leitura e da escrita, buscando as facilidades dos textos audiovisuais freqüentes no seu cotidiano. A partir dessas constatações, podemos levantar a hipótese de que é a própria escola que induz os indivíduos a se sujeitarem aos prazeres da TV.

Sabemos que o conhecimento não é uma condição inata do ser humano, nem algo pronto e externo a si próprio. Tampouco nos contentamos em considerá-lo como uma construção ordenada e linear. Entendemos o conhecimento como o resultado de uma rede de relações sociais, culturais, físicas e simbólicas; onde diferentes influências

e fatores constituem os objetos de conhecimento e os sujeitos cognoscentes. Assim, o homem é criador e criatura da sociedade; produto de suas próprias produções e de suas instituições. E o conhecimento acontece em uma rede, com muitos fios e diferentes tramas.

Mesmo considerando a diferença entre informação e conhecimento, constatamos que são fatos humanos interdependentes, não dicotômicos, especialmente quando consideramos "conhecimento" o que ultrapassa a academia e acontece na vida cotidiana, o senso comum. Educar o cidadão, em pleno século XXI, não é tarefa exclusiva da família, da igreja e da escola e sim de todas as instituições existentes, criadas pelos próprios cidadãos e das quais eles tenham acesso.

Infelizmente nem todos os cidadãos brasileiros têm acesso a todas as instituições que eles mesmos produzem. A televisão é uma exceção. Ela entra em todos os lares, confundindo o público e o privado; a realidade e a ficção; o próximo e o distante; o passado, o presente e o futuro. Uma máquina que desordena o tempo e o espaço; os seres humanos, nas suas condições individuais e coletivas, apresentando, e até determinando, modos de ser, de pensar e agir. Barbero (1998) afirma: *É justamente na cena doméstica onde o descentramento produzido pela televisão se torna verdadeira desordem cultural (...) a televisão curto-circuita os filtros da autoridade parental (...) O seu uso, ao não depender de um complexo código de acesso, como o livro, expõe as crianças, desde que abrem os olhos, ao mundo antes velado dos adultos.*

Talvez seja esse descontrole o que assusta, em determinadas situações, os paladinos da ordem, da boa moral e dos bons costumes. Os adultos perdem o controle do que seus filhos assistem na TV, mas mesmo assim continuam deixando-os diante da tela a maior parte do seu tempo livre. Porque ao mesmo tempo em que possibilita a

"perda de controle" a TV controla o comportamento das crianças e jovens. Ela é uma babá eletrônica para todas as idades, com as vantagens de ser uma máquina, não cobrar salário nem encargos e ainda consumir pouca energia elétrica, considerando os benefícios que pode proporcionar.

Nesta perspectiva, segundo o autor, está sendo criada uma nova subjetividade, por conta da familiaridade crescente das gerações jovens com a experiência audiovisual e com as tecnologias da informação. À cultura "letrada", linear, sobrepõe-se a cultura da "fragmentação", multifacetada e polissêmica. As possibilidades de múltiplas interpretações de diferentes linguagens que se apresentam e se sobrepõem através de vários suportes midiáticos, geram novas formas de construção do conhecimento, com implicações diretas nas atuais condições de aprendizagem.

Devido ao avanço dos meios de comunicação, tem ficado difícil definir o que é real e o que é ficção. Quantas vezes fatos da vida real estão imbricados nos enredos das ficções televisivas ou do cinema? Especialmente a televisão alterou em muito as relações entre o existente e o inventado, entre o distante e o próximo e mesmo entre os valores morais e estéticos. Até o tempo, cronologicamente controlado, mudou sua estrutura ao manifestar-se na tela.

O tempo linear do texto escrito cedeu lugar ao texto fragmentado, e recortado do vídeo, onde o tempo psicológico, não mensurável, consegue se objetivar através de diferentes efeitos e recursos de computação. Como os *flash back*, quando a linearidade temporal do texto é recortada por histórias ou lembranças vividas no passado, ou as gravações em velocidade lenta, que enfatizam determinados momentos no texto gravado.

O processo de visualização por computador vem revolucionando a linguagem, criando uma realidade paralela à vida humana.

Para Barbero (*idem*), por trás das telas, representa-se e modifica-se o real cada vez com maior perfeição, cada vez com maior rapidez. Os "mundos" simulados são desafios aos sentidos. Eles ampliam e refinam nossa capacidade sensorial de perceber formas, cores e texturas. Eles sacodem a realidade, geralmente embotada pela rotina do cotidiano, desvelando outras possibilidades. As simulações de objetos tridimensionais criam situações propícias à experimentação.

Elas constituem espaços virtuais puramente ilusórios: um universo perceptivo topológico, adimensional, imaterial e atemporal. Compreender, interferir e transformar conjuntos de fatos virtuais múltiplos com o maior número possível de sentidos exigirá, talvez, o desenvolvimento de novos paradigmas perceptivos e novos padrões de sensibilidade. O que as novas gerações já estão nos mostrando, quando estão atuando em videogames e jogos eletrônicos.

Ao lado dessa construção informacional, a mídia opera uma desconstrução/reconstrução cultural que, gradativamente, substitui identidades e ideologias por estereótipos e padrões impostos, quase sempre regidos pela lógica do mercado econômico e pelas manipulações políticas. A mídia, contudo, não é o único nem inexorável determinante na formação desse "sujeito". Se ela tem ressonância concreta na vida das pessoas e dos grupos sociais é porque responde às suas reais necessidades, expectativas e desejos.

Entender a relação mídia/sujeito é partir da perspectiva do receptor e da compreensão de que essa relação está calçada em um conflito básico, o da (in) satisfação de necessidades (Barbero, 1998). Esse entendimento passa,

necessariamente pelos processos e possibilidades de aprendizagem; pelas condições e estratégias de ensino, diretamente relacionadas à educação.

De acordo com o autor, afirmar que é preciso desligar a TV, seria tão demagógico quanto algumas críticas moralistas que aplaudiram a decisão judicial das crianças não participarem de uma novela da Rede Globo, *Laços de Família*. Essa discussão precisa ir além do senso comum, deixar de ser um assunto mundano e entrar na academia, com todas as suas tensões e contradições. Não a proibição em si, isso é uma decisão jurídica. Mas é necessário discutir as questões que pertencem ao âmbito da educação e da sociedade.

O que justifica as crianças estarem tão presentes não só do lado de fora, mas do lado de dentro da telinha, das propagandas aos musicais; o que diferencia sua participação nas novelas dos programas de auditório, quando muitas vezes elas vivem e participam de situações muito mais constrangedoras e desrespeitosas; por que em algumas novelas pode e em outras não etc.

Esses temas precisam estar presentes nos diálogos entre as crianças e seus pais, seus professores e outros educadores. Uma discussão fundamental é o que pode ser considerado censura e o que pode expressar uma manifestação de cidadania, um auto-controle que precisa existir nas sociedades democráticas. Quando que a queixa deixa de ser demagógica e pode ser legítima? E quem legitima

Barbero (idem), coloca que se a TV é produto da sociedade e a criança faz parte dessa sociedade, por que separá-las? Afinal de contas, se colocarmos na balança os lucros e os prejuízos da TV na vida das crianças, o que ganha? E para os adultos, a TV é boa ou ruim? Quem vai reclamar dos programas medíocres para os adultos? Dos *Ratinhos*, novelas, *Big Brothers* entre muitos outros? E quem decide o que é ou não

mediocre? O Jogo dos Milhões pode ser considerado um programa educativo? E a Ana Maria e o Louro José, também não ensinam muitas coisas?

Segundo ele, o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa nos anos 60 revolucionaram o mundo e também a educação. Se até então existia a primazia do estudo dos meios sobre os processos de ensino-aprendizagem, essa revolução eletrônica acrescentou a essa discussão uma revisão profunda dos conceitos de comunicação usados até então. A implementação da informática nos anos 70 consolidou sua utilização na educação. A partir do aparecimento dos computadores pessoais, aumentaram as possibilidades do chamado "ensino individualizado", diante de uma "primeira geração" de programas baseados em modelos de aprendizagem associacionista que recuperaram os conceitos do ensino programado e das máquinas de ensinar.

De acordo com Morán (1995), o constante e acelerado desenvolvimento das "novas tecnologias da informação e da comunicação" a partir dos anos 80, trouxe novas opções de equipamentos projetados para armazenar, processar e transmitir as informações, de modo cada vez mais rápido e a custos cada vez mais reduzidos, ampliando infinitamente suas possibilidades de utilização. No entanto, a melhoria automática do sistema educacional pela inclusão dos meios não se comprovava efetivamente, mesmo diante de tantas novidades tecnológicas. Os meios por si só não podem nem devem se constituir como o único campo de atuação e pesquisa da tecnologia educacional. É necessário levar em consideração a política de elaboração e difusão desses recursos, suas finalidades éticas, a natureza dos mesmos e as possibilidades de uso na educação.

Para Morán (idem), o vídeo pode aproximar o conteúdo didático do cotidiano dos alunos, se para sua escolha forem considerados seus interesses e necessidades. Ele pode atrair os alunos quando possui uma narrativa significativa para eles, apesar de não modificar por si só a relação pedagógica. Ele é apenas um recurso, mas um recurso muito especial, pois parte do visível, do que toca vários sentidos.

Seus diálogos, em geral, expressam a fala coloquial, enquanto o narrador faz a síntese dentro da norma culta, orientando a significação do conjunto. As músicas e os efeitos sonoros evocam lembranças e criam expectativas, antecipando reações e informações. Ele faz a combinação da intuição com a lógica, da emoção com a razão. Ele é sensorial, visual, linguagem falada, musical e escrita. Através dele somos atingidos por todos os sentidos e de todas as maneiras. Ele nos seduz, informa, entretém, projeta em outras realidades, em outros tempos e espaços.

As mensagens audiovisuais exigem pouco esforço e envolvimento do receptor. Suas narrativas usam uma linguagem concreta, plástica, de cenas curtas, com ritmo acelerado, multiplicando os pontos de vista, os cenários, os personagens e os sons, mexendo constantemente com a imaginação e delegando à afetividade o papel de mediação entre o sujeito e o mundo. São essas características que marcam substancialmente a diferença do audiovisual com a linguagem escrita, que desenvolve mais o rigor, a organização e a análise lógica.

“Sem uma perspectiva histórico-social, cultural e política da tecnologia, os educadores do final do século não estarão entendendo a sociedade em que vivem, nem desenvolvendo seus próprios valores e convicções, submetendo-se ao imperativo tecnológico, sem tomar decisões significativas sobre suas práticas profissionais e os recursos organizadores, simbólicos e instrumentais que poderão auxiliá-los, ou não.” (Morán, 1995, p. 56)

A conduta humana, segundo o autor, é caracterizada pela utilização de signos, instrumentos culturais e artefatos para mediar as relações entre os homens e com o meio ambiente. O ser humano, ao longo de sua evolução, foi desenvolvendo instrumentos que lhe permitiram atuar no ambiente, ampliando o alcance dos seus sentidos e da sua ação. Ele responde às suas necessidades e desenvolve o que é especificamente humano: a capacidade de criar. Ao mesmo tempo, o uso do que ele vai criando interfere nos seus modos de raciocinar, atuar, perceber e de pensar o mundo e a si mesmo.

Parece não existirem dúvidas de que a linguagem oral foi a primeira forma organizada de comunicação humana. E para fixar seus signos, o homem utilizou-se dos desenhos e da escrita. Esse longo percurso da história da humanidade está intimamente ligado à história da comunicação. A comunicação confunde-se com a própria vida humana. O desenvolvimento da linguagem associa-se ao desenvolvimento dos meios de comunicação, que são recursos tecnológicos, produções culturais que interferem na própria condição de ser humano.

Uma sociedade democrática é sempre polifônica. São muitas vozes, representando os interesses e anseios dos seus diferentes segmentos e classes. São diferentes gêneros, etnias e religiões. Diferentes desejos, sonhos e necessidades. Construir caminhos de escuta das diferentes vozes e de seus diferentes códigos e linguagens; construir caminhos de, de participação e de decisões que privilegiem o bem comum, e não apenas interesses específicos ou individuais é o grande desafio para os brasileiros de hoje e do próximo século.

E a instituição escolar tem um papel principal nessa história. Cabe a ela apropriar-se dele, não para decidir sozinha, mas decidir junto e, mais ainda educar ética, moral e esteticamente.

Uma sociedade autônoma é feita por cidadãos que são sujeitos de seus caminhos, que fazem escolhas conscientes de suas opções. Uma sociedade inclusiva é a que permite que todas as diferenças sejam explicitadas em busca de um consenso. Uma sociedade democrática, autônoma e inclusiva é aquela onde todos têm o direito a voto, a voz, a representação e a participação na gestão das suas diferentes instituições e, mais ainda, é aquela que almeja a felicidade de cada um e de todos.

2.1 A violência infantil

Segundo Ballone (2001), a agressividade é sempre um tema da atualidade, especialmente a agressividade juvenil, atualmente relacionada às ações das gangues, dos franco-atiradores de escolas, dos queimadores de mendigos, dos homicidas de grupos étnicos, ou simplesmente dos agressivos intrafamiliares.

De acordo com o autor os adolescentes e jovens que se destacam pela hostilidade exagerada, podem ter um histórico de condutas agressivas que remonta a idades muito mais precoces, como no período pré-escolar, por exemplo, quando os avós, pais e "amigos" achavam que era apenas um "excesso de energia" ou uma travessura própria da infância.

A conduta agressiva entre os pré-escolares e escolares é influenciada por fatores individuais, familiares e ambientais. Entre os fatores individuais encontramos a questão do temperamento, do sexo, da condição biológica e da condição cognitiva.

A família influi através do vínculo, do contexto interacional (das interações entre seus membros), da eventual psicopatologia e/ou desajuste dos pais e do modelo educacional doméstico. A televisão, os videogames, a escola e a situação sócio-econômica podem ser os elementos ambientais relacionados à conduta agressiva. Embora esses três fatores (individuais, familiares e ambientais) sejam inegavelmente influentes, eles não atingem todas as pessoas por igual e nem submetem todos à mesma situação de risco.

O que se sabe, estatisticamente, segundo Ballone (2001), é que a agressividade manifestada em idade pré-escolar, infelizmente evolui de forma negativa. Por isso necessitamos estudar e esclarecer os limites entre as travessuras da infância dos Transtornos de Conduta, o tão propalado excesso de energia do Transtorno Hiperativo, a responsabilidade tão meritosa, comum na criança "tipo adulto", da Depressão Infantil. Precisamos estudar e esclarecer os limites entre a "personalidade forte" da criança, relatada pelo pai com certa ponta de orgulho, das condutas completamente desadaptadas da infância e com enorme possibilidade de evoluir para um quadro mais grave.

A agressividade, por si só, não pode ser considerada um transtorno psiquiátrico específico, ela é, antes disso, sintoma que reflete uma conduta desadaptada. Como sintoma ela pode fazer parte de certos transtornos. Podemos dizer até, que a conduta agressiva costuma ser normal em certos períodos do desenvolvimento infantil, está vinculada ao crescimento e cumpre uma função adaptativa. Essa agressividade normal e fisiológica também é chamada de agressividade manipuladora.

Para definir a criança agressiva, ou melhor, para conceituarmos a criança agressiva, temos que compreender o conceito de Reação Vivencial. Dentro desse

conceito, criança agressiva seria aquela que apresenta Reações Vivenciais hostis, recorrentes e desproporcionais aos estímulos, para a resolução de conflitos ou consecução de objetivos. Esse conceito de Reação Vivencial (não normal) ressalta o aspecto da freqüência excessiva, da desproporção e da dificuldade adaptativa.

Quando a conduta agressiva está combinada com outras alterações de condutas desadaptadas, como por exemplo, com a Hiperatividade Infantil, ela apresenta um quadro mais grave, com mais problemas de interação e pior prognóstico. As crianças agressivas e hiperativas são mais problemáticas que as crianças só agressivas ou só hiperativas, e mais problemáticas que as crianças do grupo controle (Sansom, Smart, Prior e Oberklaide, 1993, apud Ballone, 2001). Outra observação relevante é sobre a agressividade associada a alguns traços básicos da personalidade. As crianças agressivas e simultaneamente retraídas, por exemplo, têm pior adaptação que as crianças só agressivas ou só retraídas. Dessa forma, somos inclinados a pensar que a combinação de várias condutas desadaptadas aumentaria a vulnerabilidade para problemas mais sérios de agressividade.

CAPÍTULO 3

DESENHO ANIMADO, VIOLÊNCIA E EDUCAÇÃO: CAMINHOS QUE SE ENTRECruzAM

No início, na pré-história, segundo Pougy (2000), o ser humano era nômade e vivia em cavernas e nas copas das árvores, caçando para sobreviver. Com o tempo, aprendeu a cultivar alimentos, a viver em grupo e a se relacionar com outros seres humanos, descobrindo a importância da troca de informações, experiências e idéias, a importância da comunicação. O ser humano explora o mundo a sua volta, com a intenção de conhecê-lo, de interpretá-lo e de representá-lo.

A partir dessas descobertas, ele cria mensagens com a intenção de transmitir seu conhecimento para os outros seres humanos. Para criar as mensagens o ser humano utiliza as linguagens, que são os procedimentos usados para a expressão de pensamentos e sentimentos, como a linguagem verbal, falada e escrita, e as diversas linguagens artísticas, como a visual, a corporal e a musical. Ao utilizá-las, o ser humano dialoga com outro ser humano que responde conforme o seu conhecimento e sua bagagem cultural.

Por exemplo, quando alguém fala com outra pessoa utilizando gírias e palavras coloquiais, o outro responde da mesma maneira. Quando alguém escreve um texto formal, que utiliza regras de gramática e palavras graficamente corretas, o receptor, ao ler o texto, interpreta-o formalmente, quase sem perceber. Quando alguém cria uma obra de arte visual, o observador desvenda a mensagem em silêncio, apreciando e deixando-se levar pelo seu inconsciente e pelo seu conhecimento estético. Quando

alguém cria uma música, o receptor da mensagem, em geral, responde dançando ou movimentando-se ao ritmo da música.

Cada linguagem, segundo a autora, cria reações peculiares nos receptores das mensagens, do mesmo modo que os emissores das mensagens utilizam os recursos de cada linguagem para criá-las. O desenvolvimento das civilizações, o aparecimento das diversas línguas e o comércio entre as diferentes nações e impérios fez surgir a necessidade da comunicação à distância e de forma regular. Com o fim de facilitar a comunicação, o ser humano desenvolveu e adaptou tecnologias e começou a utilizar diversas linguagens em uma mesma mensagem. As linguagens tecnológicas, como as linguagens da imprensa, do rádio, do cinema, da tv e da informática, incluindo a Internet, tem como característica o uso de diversas linguagens em uma mesma mensagem. Por exemplo, a linguagem da TV utiliza as linguagens verbal, visual e musical.

O emissor das mensagens televisivas cria mensagens que possuem características dessas diversas linguagens, e muitas vezes, o receptor pode ficar confuso ao decodificar uma mensagem, pois pode decodificar apenas alguns aspectos da mensagem em detrimento de outros.

Segundo Pougy (idem), as crianças, principalmente as crianças da classe média, são bombardeadas diariamente, em média de 4 a 6 horas por dia, pelas mensagens enviadas pela televisão. Justamente por serem crianças, não conseguem decodificar completamente as mensagens televisivas, confundindo as mensagens objetivas dos telejornais com as mensagens poéticas das telenovelas, misturando as mensagens persuasivas das propagandas com as mensagens didáticas dos documentários, ou com as mensagens dúbias dos programas de entretenimento, como os shows e os

humorísticos. Isso pode resultar no aprendizado de conceitos errados e preconceituosos, em uma baixa auto-estima e na desvalorização da cultura regional.

No caso do objeto de nossa pesquisa, o desenho animado, a questão a ser debatida é “como” reduzir os efeitos nocivos e perturbadores de imagens ou acontecimentos narrados nas crianças sem, contudo, perder uma dimensão crítica e cidadã acerca do mundo em que vivem.

Segundo Silva (1996), diante da discussão sobre a exposição de nossas crianças frente aos desenhos animados violentos, os produtores dizem que os aparelhos de TV podem ser simplesmente desligados, argumentando que caberia às famílias selecionar o conteúdo a ser assistido pelas crianças. Mas sabemos perfeitamente que a violência está impregnada, de uma forma ou de outra (explícita ou sutilmente) em quase toda a programação normal dos canais abertos e na maioria dos canais pagos, sendo que cenas notadamente violentas são, com frequência, inesperadas.

Além disso, como a violência passou a fazer parte do pensamento, e dos fantasmas diários, do cidadão comum, especialmente nos últimos dez anos, em que as autoridades vêm perdendo gradativamente o controle da situação (é só olhar os estragos causados pelo Primeiro Comando da Capital - PCC sobre a imagem da polícia), falar sobre ela passou a ser comum entre adultos e, como consequência, também entre crianças.

Estas, misturadas que estão ao universo daqueles em função da diminuição das famílias e das moradias, acabam tendo contato direto com informações de toda ordem, muitas das quais não estão cognitivamente preparadas para assimilar devidamente, incluindo, neste rol, a maioria das situações envolvendo violência.

É certo que crianças não elaboram o que assistem ou ouvem da mesma forma que adultos, já que possuem um sistema de referência totalmente diverso. Isto pode fazer com que, na tentativa de compreender o mundo que as circunda, deformem a realidade assistida ou ouvida, ou mesmo que não consigam estabelecer claramente os limites entre sua própria realidade e a realidade exterior, o que provoca com freqüência uma sensação difusa de insegurança e mal-estar, ou o que é pior, atitudes de imitação direta.

Para Piccione (apud Silva, 1996) existem dois instigantes desdobramentos para este fato: a experiência e a impotência. A primeira aparece na questão da virtualidade que caracteriza a vida contemporânea. As crianças modernas têm sido cada vez mais privadas de experiência genuína ativa, corpórea, o que faz com que suas sensações venham a se mesclar àquelas do que é citado como “realidade paralela”.

Desta forma, uma situação de violência que assistem ou ouvem narrar pode ser vivenciada emocionalmente como real, verdadeira, provocando o mesmo stress que provocaria caso fosse autêntica, sem, contudo, apresentar, junto a si, os dados materiais, as conseqüências factuais, os efeitos das ações sobre o meio, o que seria, segundo Piaget, a base para suas construções conceituais.

Caso a criança tenha acesso a atividades lúdicas com freqüência, pelo contrário, esperar-se-ia que, através delas, tivesse oportunidade de elaborar, de acordo com seus próprios recursos, as situações assistidas ou ouvidas, sem necessariamente partir para uma imitação direta e inseqüente. Isto porque a atividade lúdica traz a corporalidade, traz os efeitos, a resistência da matéria conjuntamente aos conteúdos, traumáticos ou não, que são colocados em jogo.

Brincando, a criança seria capaz de elaborar imagens e/ou conteúdos num âmbito simbólico, inteligente e emocionalmente saudável. Através da História, temos diversos exemplos de como crianças conseguiram superar situações extremas através de representações simbólicas – lúdicas.

A segunda diz respeito aos valores da sociedade moderna, os quais atuariam como contexto a qualquer experiência vivida pelas crianças em relação à presença da violência, seja virtualmente ou não. Se, por um lado, o cidadão médio teme acima de tudo a violência – o que vem sendo registrado seguidamente em pesquisas de opinião pública – por outro, talvez até como mecanismo de defesa, temos assistido a uma banalização dela, o que tende a tornar-nos a todos insensíveis diante de quadros dantescos.

Segundo o autor, a presença de ideologias justificando e incentivando o uso da violência para resolver quaisquer conflitos entre povos, facções, agrupamentos de toda ordem, o excesso de transmissões e notícias envolvendo violência na TV ou cinema, a forma quase irresponsável com que comentamos ocorrências policiais e a própria realidade social, tudo isso vai contribuindo a um estado de coisas em que prevalece “naturalmente” a lei do mais forte, o “olho por olho, dente por dente”.

Nas guerras, a ênfase é colocada nas explosões, na fumaça, ou no vôo de mísseis pelo céu, à imagem de vídeo games. Quase nunca se questiona a dor, o sofrimento das populações envolvidas, nem se demonstra piedade por estes seres humanos. As crianças muitas vezes, ao assistirem a notícias sobre guerras – ou simples disputas de toda ordem - não levam em consideração estes aspectos e nunca são incentivadas a apiedar-se.

De acordo com Silva (1996), situação comum às populações de classe média/alta é um notado crescimento da intolerância entre as pessoas, especificamente em relação às próprias crianças. Estas têm sido obrigadas a um estilo de vida totalmente diverso de sua natureza: confinamento, passividade, excesso de informações e compromissos, além de outras características da infância moderna fazem das crianças seres inquietos, angustiados e na maioria das vezes, especialmente os meninos, apresentam problemas com autoridade. Muitas vezes, os pais acabam perdendo a paciência e partindo para atitudes violentas com os filhos, seja de ordem emocional ou física. Neste contexto, as cenas de violência assistidas com frequência, ou simplesmente ouvidas, adquirem uma conotação mais perniciosa.

Nas regiões de concentração de miséria – no Brasil as favelas e bairros pobres – a situação é ainda mais crítica, já que o contexto dessas crianças, com o qual convivem bem de perto, é o contexto da violência. As crianças pobres vivem cercadas de violência por todo lado, violência esta em seus mais diversos aspectos (moral, ético, material, familiar, etc, etc). A própria privação é violenta, fere, degenera. A violência é o contexto mais básico que elas têm a seu dispor. Os efeitos da violência assistida ou ouvida, neste contexto, seriam, para estas crianças, especificamente, quase devastadores.

O psicólogo Ives De La Taille (1998), aponta o fato de que "*é completamente diferente uma criança que vive num ambiente pacífico e bem estruturado lidar com cenas ou referências a violência de uma outra que passa a vida num ambiente cercado de violência por todos os lados. O que pode ser canalizado, sublimado e transformado para uma, para outra cairá fatalmente na roda viva da violência interminável*". (p.57)

3.1 Power Rangers, o nosso universo de pesquisa

Para a efetivação da nossa pesquisa em que buscamos estabelecer relações entre o desenho animado (no caso um seriado exibido por um programa infantil) e o aumento da violência entre as crianças, visando discutir com estas o alcance da mídia e seus recortes sobre o real é que selecionamos a turma abaixo descrita para pesquisa, bem como o desenho escolhido pela mesma. A partir destas escolhas organizamos nosso trabalho de pesquisa em torno do eixo observação/discussão/conscientização.

O universo de pesquisa deste projeto foi a EE Professor Newton Pimenta Neves, na periferia de Campinas. Escolhemos para análise observativa, uma turma de primeira série, a turma A, que têm 25 alunos, sendo 16 meninos e 9 meninas. A escolha por esta turma se deu por ser a que mais apresenta meninos na sua composição e pelo fato da professora N.A.S (37 anos), costumar permitir que as crianças brinquem livremente às sextas-feiras e presenciar nestes dias, o costume dos meninos incorporarem os personagens do desenho, inclusive no tocante a violência para com os "inimigos".

Para podermos situar melhor o leitor, faremos agora uma breve descrição sobre o desenho em si. Os Power Rangers (Mestres do Universo), compõem-se de um grupo de cinco jovens, que lutam para salvar a terra de monstros fantásticos invocados pela força do mal. No programa aparece claramente a luta entre o bem e o mal. Os bons são os rangers, bonitos e coloridos e os maus são os monstros criados por magia, geralmente escuros e apocalípticos.

Os membros dos Rangers não têm medo de nada, são heróis perfeitos, que apanham, mas sempre vencem no final com a ajuda dos super poderes de um robô imenso e da espada da justiça (alusão moral sobre o bem e o mal). Basicamente os

episódios, desde o início da série, apresentam sempre a mesma estrutura e não têm modificações em sua composição a única diferença é que a cada temporada, os heróis passam por algumas transformações no local de luta, acréscimo de novos heróis e elementos novos, como no caso da temporada atual, intitulada *Power Ranger Força Animal*, exibida pela rede Globo, no Programa da Xuxa, todas as manhãs, que tem nos megazordis animais e suas características a força dos heróis.

A escolha deste desenho para discussão deu-se após uma pesquisa realizada junto à turma para se descobrir o desenho preferido da mesma. Após a pesquisa verificamos que 80% da turma tinham neste desenho a sua preferência (embora este seja uma série, as crianças a caracterizaram como desenho animado) e 20% preferiam o desenho do Bob Esponja, também exibido pelo mesmo programa.

Deste universo de 80%, a maior parte se compôs de meninos que justificaram suas escolhas argumentando, que *“Os Rangers são heróis de verdade e sempre vencem”* (M.A.V, 6 anos). Outro menino J.V.B.S, 7 anos, colocou que *“gosto de ver as lutas que passam no desenho. É muito legal”*.

“Prefiro ver os robôs lutando com os monstros, as armas são super legais e eles sempre vencem, matando os monstros. Eu sou o Power Ranger vermelho, porque eu sou o líder”, V.V.S, 6 anos.

Entre as meninas também, existem as que gostam dos Rangers, até porque no grupo tem duas moças que lutam. Isso se evidencia na fala de G.A.S, 8 anos, *“Eu sou a Ranger Rosa, porque luto junto com os meus amigos para salvar a terra”* ou a fala de V.A.S.R, 7 anos, *“gosto mais da Amarela porque ela é muito bonita e luta muito. Queria ser como ela.”*

Em suas brincadeiras as crianças costumam organizarem-se como seus heróis preferidos e para tanto usam a imaginação ao máximo: criam os braceletes dos zórdis com folha de sulfite; levam os bonecos para travarem lutas contra os bonecos monstros e organizam o espaço para que isso ocorra; constroem roupas e outros acessórios com papel e suas falas são parecidas com as dos personagens.

Pesquisando a relação entre o aumento da violência entre os alunos a partir do fato de assistir ao programa, verificamos que realmente ela ocorre, principalmente entre os meninos que sempre atacam os colegas com os golpes ninjas dos heróis, tanto na brincadeira, como quando estão com raiva.

A fim de discutir entre os pequenos se isto seria correto ou não, organizamos com a turma algumas atividades para discussão. Primeiro exibimos um episódio para o grupo e conversamos sobre o desenho, suas características; como são a luta dos rangers, se estes lutam sem motivo etc. As crianças reconheceram que os heróis têm um porquê para lutar e que não o fazem apenas por prazer, subentendendo que lutar por lutar, não é uma atitude positiva.

Depois organizamos uma discussão em relação ao realismo da história a fim de que percebessem que não é possível a existência de monstros e robôs como os dos filmes, nem mesmo formas de lutas como as dos rangers, sem que ninguém morresse ou se ferisse, por exemplo.

As crianças participaram ativamente de todos os momentos, buscando discutir sobre o que acreditavam ser real sobre o desenho, até perceberem que este não é possível de ser real e passaram a ter uma atitude mais crítica sobre o mesmo, e outros programas de TV em geral. Chegando inclusive, a perceber que a ilogicidade presente no desenho do *Bob Esponja*, em relação a esquilhinho Cindy, que vive no fundo do mar.

O que podemos concluir deste estudo, é que as crianças não relacionam a pancadaria com atos violentos do dia-a-dia, mas identificam as cenas com o heroísmo e a luta entre o bem e o mal. Antes dos 8 anos, os meninos ainda não captam muito bem o enredo, mas gostam dos momentos de ação pela sensação estética do movimento e das cores. A lição tirada pela criança é de que o "bem sempre vence o mal".

O trabalho serviu ainda para verificar a capacidade do público infantil de contar histórias e depois reelaborar em cima dos temas abordados pelos desenhos. Nesse ponto começam os problemas. Geralmente os adultos se chocam ao ouvir a narrativa de uma criança sobre um episódio onde houve agressão física na televisão, por exemplo. Daí a reação comum de muitos pais e professores de tacharem os desenhos como lixo, perdendo a oportunidade de usá-los como instrumento eficaz de formação.

O adulto tem uma função importante de preencher as lacunas, de explicar o que a criança não entende bem. Os especialistas aconselham conversar sempre com os filhos e alunos sobre o que assistem, trocar idéias, descobrir o que pensam das mensagens passadas pela televisão. Com isso, não se está dizendo que não se pode proibir uma criança de assistir a determinada programação. Só ponderamos que a censura sem diálogo nunca foi educativa.

Um dos nossos objetivos foi justamente produzir recomendações, dicas para que os professores possam utilizar o desenho animado, a televisão e os meios de comunicação como ferramentas de trabalho dentro da sala de aula. O desenho pode servir de base para uma leitura conjunta ligando a realidade da criança a alguns elementos e símbolos do cartum, para usar as cores e a própria riqueza estética nas aulas de arte, para criar enredos novos e para reproduzir estruturas narrativas em histórias inventadas pelas crianças.

Concluimos, com tudo isso que falta capacitação aos professores para inserir os meios de comunicação na rotina do aprendizado. Mesmo nas escolas particulares onde existem mais recursos financeiros, a mídia eletrônica e o próprio computador não estão incorporados às rotinas de sala de aula.

Em todo o país, existem pouquíssimos centros de pesquisa que unem a comunicação e a educação como um dos pioneiros nessa área. Se conseguirmos criar uma postura crítica em relação ao que a mídia produz estaremos melhorando a qualidade da programação a longo prazo.

Feitas estas colocações, as quais esperamos possam servir de incentivo a outras reflexões, gostaríamos de finalizar com algumas orientações a pais e educadores para ajudar as crianças a lidar com a violência assistida ou narrada, as quais foram recortadas do site da UNICEF (apud Simões, 2001):

1. Os adultos podem desempenhar um papel vital ao ajudar as crianças a perceber e a lidar com coisas que tenham ouvido. As crianças devem saber que não serão criticadas por dizerem “a coisa errada” ou o que elas pensam realmente.
2. Não espere que seus filhos compreendam a violência da mesma maneira que os adultos. As crianças têm dificuldades em perceber as razões de algo ou as causas do sucedido, e por isso pode ser-lhes difícil distinguir entre ficção e realidade.
3. Quando as crianças ouvem coisas assustadoras ou perturbadoras, com frequência (mas nem sempre) elas contam-se isso umas às outras. Assim, esta situação pode levá-las a preocupar-se pela própria segurança ou a pensarem que o sucedido é culpa delas.
4. As crianças servem-se das coisas que lhes aconteceram no passado para tentar compreender o que estão ouvindo no presente. Isso pode levá-las a combinar

acontecimentos sem nexos: "X viajou em aviões, ele também explodiu?" Como também podem ligar a violência "de diversão" que vêm na televisão com a violência real.

5. Tente utilizar aquilo que as crianças sabem e percebem ao decidir como lhes responder. Uma boa maneira para começar quando uma criança levanta um tema é perguntar o seguinte: "O que é que você já ouviu sobre isso?" E, no intuito de levantar a questão, tente perguntar: "Alguém ouviu algo sobre um acidente de avião? Falem-me sobre isso!"

6. Responda às perguntas com serenidade e esclareça os equívocos que as preocupam ou que as perturbam, mas não tente contar-lhes tudo aquilo que você sabe sobre a notícia. Não se preocupe com as crianças que têm "as boas respostas" ou se todas elas não estão de acordo.

7. Fique atento a qualquer sinal de stress nos seus filhos. Mudanças do comportamento normal, tais como atitudes regredidas, mais agressividade, transtornos do sono, medo de serem afastados e de lidarem com mudança, são todos sinais que indicam que a criança precisa da sua ajuda e do seu apoio.

8. Tente reconhecer e apoiar os esforços feitos pela criança para compreender o que foi ouvido através do jogo, do desenho, da escrita e através de outras atividades lúdicas. Ao utilizar estes meios para lidar com os problemas, as crianças adquirem um sentido de domínio e de controle sobre a situação e finalmente chegam a perceber aquilo que têm ouvido ou o sucedido.

9. Ajude as crianças a aprender a utilizar alternativas às lições de violência e de idéias preconcebidas acerca de outros povos e países que a notícia possa difundir. Fale sobre meios não-violentos para tratar dos conflitos que se vêm nas notícias. Chame-lhes a atenção para as boas experiências que elas tiveram com pessoas diferentes

delas, como também os meios que estas pessoas utilizaram para solucionar os seus próprios problemas, sem fazer uso da violência.

10. Tente limitar a quantidade de violência - que seja por diversão ou real - que seus filhos vêem nos meios de comunicação social, seja na televisão, nos filmes, nos vídeos e nos jogos de computador. Não se esqueça dos desenhos animados. Muitas vezes, desenhos considerados ingênuos podem conter mais situações de violência que outros programas.

Por fim, concluímos que é papel da escola criar e aplicar projetos de ensino-aprendizado das diversas linguagens usadas nos meios tecnológicos. Esses projetos devem focar tanto a produção de mensagens com essas linguagens como a leitura de mensagens tecnológicas. Desse modo estará preparando e formando receptores críticos e cidadãos atuantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa empreendida por nós, para este trabalho de conclusão de curso, sobre o aumento da violência a partir do fato dos alunos assistirem aos desenhos animados na TV, trouxe-nos contribuições significativas para as reflexões decorrentes de controvérsias sobre os possíveis efeitos da programação televisiva no comportamento infantil.

As falas das crianças vieram reforçar os paradigmas teóricos e metodológicos que subsidiam este estudo, demonstrando que a criança interage com a TV e elabora suas representações de acordo com seu universo sócio-cultural. As crianças imprimem sua experiência subjetiva no conteúdo assistido e constroem mensagens diferentes sobre o mesmo aspecto do enredo ou de um personagem, partindo do seu referencial.

Além disso, a estrutura narrativa e o conteúdo mítico e simbólico dos desenhos animados demonstraram constituir excelente material de uso pedagógico, uma vez que a análise dos mesmos revelou a importância que têm no desenvolvimento cognitivo e no imaginário infantil.

Consideramos que, independentemente da forma em que estão sendo veiculados, os desenhos falam da linguagem do imaginário, e que a presença do irreal no desenho animado preferido pela criança reforça a existência da necessidade do mesmo no seu desenvolvimento cognitivo e emocional, devido a conteúdos dramáticos inconscientes. Estando presentes nas mensagens televisivas, colocam a TV como um fértil campo para a formação e desenvolvimento das estruturas mentais, pois, embora

inconscientemente, a criança através da presença do irreal nas programações preferidas, não apenas se diverte, mas exorciza os seus medos.

Todo o caminho que transcorremos, seja no plano teórico ou da fantasia, magia e ficção a que os desenhos nos conduziram, permite-nos, nesse momento, evidenciar alguns aspectos que aparecem exaustivamente descritos e relatados em capítulos anteriores, outros que surgiram neste momento de reflexões e que sem dúvida não se esgotarão com o término desta pesquisa, já que a ciência avança no dia-a-dia, deixando os trabalhos em aberto ou, no dizer de Eco (1979), como uma obra aberta.

Os desenhos animados, em sua maioria, de acordo com Beraldi (1978), apresentam situações que nos remetem aos seguintes conteúdos: o herói / o vencedor; o bem / o mal; a transgressão da ordem; a transformação; a inexistência da morte; a inexistência do tempo métrico e do espaço definido; o prazer pelo fantástico e pelo terror; a identificação projetiva; a defesa do que é de sua propriedade; a necessidade de conforto e segurança; a eternidade da vida e dos valores; a explicações para as origens (dos começos, do universo, do nascimento, da humanidade, de quem sou eu?); a ação e a aventura; vitória sobre os inimigos e destruição dos mesmos; violência ainda que caricata; desejo de vingança; individualismo/egoísmo; onde nada é impossível já que não há tempo histórico e o espaço é indefinido.

Observando desenho Power Rangers, ficou clara a presença do mito do Herói em suas narrativas. Eles apontam as facetas peculiares do caráter desses protagonistas para justificar suas preferências por um ou por outro, parecendo apreciar a ambigüidade moral que caracteriza o anime. Por outro lado, os personagens obedecem a um estrito código de ética, que valoriza ao máximo a coragem e a bravura, e condena veementemente a traição aos companheiros e o abuso de poder contra

seres mais fracos. São esses valores que permitem que as crianças classifiquem-nos como "heróis" e "do bem", e se identifiquem com eles, apesar de suas atitudes agressivas e violentas. Além disso, quando os desenhos apresentam personagens crianças ou adolescentes, as crianças identificam-se com estes. (Beraldi, 1978)

Todos os elementos míticos, simbólicos ou metafóricos que compõem a narrativa dos desenhos nos permitem considerá-los como importantes para o desenvolvimento infantil, na medida em que a partir deles a criança se diverte e, portanto satisfaz sua necessidade de ludicidade, vive imaginariamente conflitos, medos e aventuras, num processo de amadurecimento emocional e cognitivo.

Nesse sentido, os desenhos mais tênues, como *Bob Esponja*, permitem que as crianças mais novas façam elaborações mais amplas, uma vez que são mais flexíveis e estimuladoras da estruturação e construção do conhecimento. À medida que as crianças adquirem estágios superiores de pensamento, estruturas mais complexas, que a princípio possibilitariam menor mobilidade, cederão os moldes com os quais elas organizarão as suas re-elaborações.

Para concluir, em relação à violência, não pode ser esquecido que a criança tem acesso a outros programas além dos infantis, e que, sem dúvida, geram impactos negativos sobre elas. A violência física e psicológica permeia, com maior ou menor intensidade, quase todos os gêneros de programas. Embora os efeitos dessa superexposição sobre o comportamento dos telespectadores não possam ser medidos, é impossível negar que ela contribui para deformar a percepção da realidade.

É útil que pais e educadores estejam ao corrente dos programas televisivos para os poderem discutir com eles, de modo a irem estimulando o seu juízo crítico. Muitos

estudiosos determinam uma necessidade dos pais conhecerem o que os filhos consomem na TV.

Um exame da cultura infantil desestabiliza a noção de que as batalhas em relação ao conhecimento, aos valores, ao poder e em relação ao que significa ser um cidadão estão localizadas exclusivamente nas escolas ou nos locais privilegiados da alta cultura. As identidades individuais e coletivas das crianças e dos jovens são amplamente moldadas, política e pedagogicamente, na cultura visual popular de videogames, da televisão, do cinema e até mesmo em locais de lazer. Porque não recolher todo esse material oferecido e filtrá-lo, proporcionando leituras críticas? Para o pedagogo espanhol Joan Ferrés (1996), uma escola que não ensina como assistir à televisão é uma escola que não educa.

“Para ensinar a ver televisão é preciso reproduzir na escola a experiência de ser telespectador. (...) Não basta criticar os efeitos perniciosos da televisão. É preciso partir para a ação.”(p. 56) Ele cita Umberto Eco e sua teoria sobre apocalípticos e integrados. “Segundo os apocalípticos, a televisão provoca todo o tipo de males físicos e psíquicos: problemas de visão, passividade, consumismo, alienação, trivialidade (...)”(idem).

A narrativa da TV deveria permitir o encontro da criança com alguma dimensão profunda, complexa, misteriosa da vida, mas adequada ao nível de desenvolvimento das crianças. Uma narrativa de qualidade, também na TV, é aquela que oferece metáforas ou continentes para as experiências conscientes ou inconscientes das crianças. Um critério para se avaliar a qualidade de um programa do ponto de vista da imaginação seria ver o que ele oferece para apoiar a necessidade que a criança tem de elaborar suas ansiedades através da fantasia.

REFERÊNCIAS

- Ballone G.J. - **Violência e Agressão; da criança, do adolescente e do jovem** - In. PsiqWeb Psiquiatria Geral, 2001. disponível em <http://sites.uol.com.br>. Acesso em: 07/12/2006
- BARBERO, Jesús Martín. **Nuevos Regímenes de Visualidad y Des-centramientos Culturales**. Bogotá: Colômbia, 1998.
- BERALDI, M. J. **Televisão e desenho animado**. Dissertação de Mestrado, USP, 1978.
- CAPARELLI, Sérgio. **Política da Radiodifusão no Brasil**. São Paulo: Summus, 1982.
- ECO, Umberto. **Apocalípticos e Integrados**. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- DE LA TAILLE, Yves. **Limites: três dimensões educacionais**. São Paulo: Ática, 1998.
- FERRÉS, Joan. **Vídeo e Educação**. Porto Alegre, Artes Médicas, 1996.
- FURTADO, Celso. **Análise do "modelo" brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.
- FUSARI, M.F.R. **O desenho animado que a criança vê na televisão**. São Paulo: Loyola, 1985.
- MATTOS, Sérgio. **Um perfil da TV brasileira**. Rio de Janeiro: Editora A Tarde, 1982.
- MORAN, José Manuel. **Interferências dos meios de comunicação no nosso conhecimento**. In: Revista INTERCOM - revista Brasileira de Comunicação. São Paulo, vol. XVII, n.2, julho/dezembro, 1995.
- POUGY, Eliana Gomes Pereira. **Criança e Arte: descobrindo as artes visuais**. São Paulo, Ática, 2000.
- PRIOLLI, Gabriel (organizador). **Deusa Ferida**. São Paulo: Editora Summus, 1985.
- SILVA, Marco et alii. **Educação e Cultura: pensando em cidadania**. Rio de Janeiro: Quartet Editora, 1996.
- SIMÕES, E.D. **Comunicação educação e arte na cultura infanto-juvenil**. São Paulo: Loyola, 2001.
- SOUZA, Jésus Barbosa de. **Meios de Comunicação de massa: jornal, televisão rádio**. São Paulo: Scipione, 1996.
- TAVOLA, Artur da, **Comunicação e Mito: televisão em leitura crítica**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.